



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

PROJETO DE:

LEI Nº DE DE DE 2016

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO A APORTAR VALORES JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

F.F, PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a aportar imediatamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais) junto a Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento, CNPJ 96.039.581/0001-44, CNES 2248220, em caráter de urgência, que poderá ocorrer via aditivo a contratos em vigência, visando a manutenção da prestação de serviços de saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e vinculadas do Estado ou União, suplementadas se necessário.

Art. 3º A presente Lei, no que couber, poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sant'Ana do Livramento, de de 2.016.

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Secretário M. de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o Projeto de Lei que ***"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO A APORTAR VALORES JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, NA FORMA QUE ESPECIFICA"***.

Como é de conhecimento público e notório, a crise financeira da Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento levou o Município a intervir na Gestão da mesma, via Decreto 7383/2015, cujos *"considerandos"* espelham a imprescindibilidade da continuidade de serviços médicos disponibilizados à comunidade.

Conforme ampla e diariamente divulgado por diversos meios de comunicação, o Estado do Rio Grande do Sul realizou cortes no seu orçamento, atingindo diversos serviços públicos essenciais, não sendo poupados os serviços de saúde, cuja obrigatoriedade decorre diretamente da força normativa do texto constitucional e da legislação complementar conformadora do Estado Democrático e Social de Direito na República Federativa do Brasil.

A medida estadual acarretou a redução de repasses e o imediato comprometimento do financiamento das ações de saúde e das decorrentes obrigações com o setor, tanto em relação aos repasses diretos aos Municípios, quanto ao pagamento dos serviços prestados por instituições privadas sem fins lucrativos, ambos com verbas específicas alocadas no Orçamento do Estado.

Neste momento, além de risco de suspensão de serviços de terceiros junto ao Hospital, como de exames, recolhimento de resíduos e segurança privada, há comunicação do corpo clínico via SIMERS e demais trabalhadores via SINDISAÚDE – da possibilidade de paralisações e/ou rompimento de vínculos contratuais nos próximos dias.

E, a paralisação do Hospital gera potencial risco à saúde da coletividade. O citado risco é real e iminente, diante da inexistência, num raio de mais de 200 km, de qualquer outro hospital que atenda SUS e com capacidade de suprir nossa demanda por serviços na área. Para ilustrar, de citar que no ano de 2015, apesar de repasses financeiros menores e inconstantes, ocorreram 6.811 internações, 37.094 pacientes diferentes atendidos e 70.428 atendimentos totais. Apenas no Pronto Atendimento foram 43.402 atendimentos em situações de urgência/emergência, demonstrando a imperativa necessidade da união de todos em prol da continuidade da prestação de serviços da Santa Casa à população.

Visando debelar o risco de interrupção de serviços essenciais, a Santa Casa foi ao Secretário de Estado da Saúde, acompanhada do executivo e legislativo, requerendo o pagamento imediato de valores em atraso, suspensão e anulação de glosas e cortes ilegítimos, auxílio emergencial e ampliação da margem de crédito da instituição possibilitando financiamento junto ao sistema financeiro. Porém, com excessão ao último requerimento, ainda não atendido, todos os demais foram rechassados pelo Estado do RS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

Diante do quadro, o Município migrou para a chamada PLENA, passando a gerência da contratualização de serviços de saúde diretamente com a Santa Casa, a partir de abril/2016 – procedimentos contratuais em fase final junto ao setor de licitações.

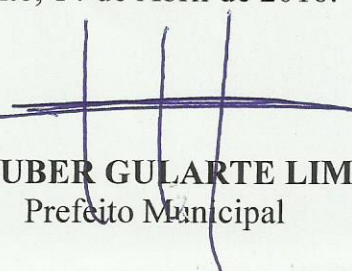
Ciente da crise no sistema hospitalar, esta E. Câmara de Vereadores, economizou de seus gastos R\$ 100.000,00 e via Ofício 122/2016/CM-LL, datado de 29/03/2016, autorizou retenção no mesmo valor do duodécimo – com indicação de aplicação na área da saúde.

Assim, visando a manutenção de serviços essenciais à saúde dos santanenses, este PL requer AUTORIZAÇÃO para aporte do valor no nosocômio, via aditivo contratual - **e pela origem da iniciativa ser desta Casa,** pela relevância do tema a toda a sociedade, espera-se a aprovação unânime e com a **urgência especial** ora requerida, ao ante projeto anexo, visando o aporte de recursos municipais emergenciais na Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento.

Por todo o exposto, e principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente PL para apreciação desse Legislativo Municipal, esperando a aprovação por parte dos ilustres Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 14 de Abril de 2016.




GLAUBER GUALARTE LIMA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009
Secretaria Municipal de Administração

CARÁTER DE URGÊNCIA

Espera-se pela aprovação dessa Colenda Câmara Legislativa, em Caráter de Urgência, do Projeto de Lei que ***"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO A APORTAR VALORES JUNTO A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, NA FORMA QUE ESPECIFICA"***.

Sant'Ana do Livramento, 14 de abril de 2016.



GLAUBER GULARTE LIMA
Prefeito Municipal